

Avaliação das Necessidades Educativas Especiais por Referência à CIF: um percurso de formação entre a continuidade na mudança e uma ruptura de paradigma

Graça Franco¹
Docente de Educação Especial

O Decreto-lei 3/2008, de 7 de Janeiro, que enquadra as respostas educativas a desenvolver no âmbito da adequação do processo educativo de crianças e jovens com NEE de carácter permanente, vem dar cobertura legal a um processo que já há algum tempo vinha sendo experimentado na área da Educação Especial. Falamos da utilização da CIF, enquanto modelo de base de todo o processo de avaliação das crianças e jovens referenciados para os serviços da Educação Especial.

A experimentação atrás referida decorreu em duas fases distintas. Numa primeira fase, sob a orientação da DGIDC/DSEEA do Ministério da Educação foi desenvolvido por todo o país, no ano lectivo 2005/2006, um plano de formação em rede que visava abarcar, progressivamente, os diferentes intervenientes no processo de avaliação das NEE. Este plano era assim dirigido a futuros formadores nesta área os quais, por sua vez, teriam a seu cargo dinamizar a formação de acordo com as necessidades sentidas pelos restantes profissionais.

Numa segunda fase procedeu-se à disseminação desse processo tendo sido, neste contexto, que se desenvolveu a "Oficina de Formação" promovida pela Proformar que serve de base ao presente artigo, constituindo parte integrante do mesmo algumas das reflexões individuais e alguns trabalhos efectuados em grupo pelos formandos, enquanto reflexo de um sentir e de uma fazer que encontra na prática de todos os dias a força motriz para o aperfeiçoamento da qualidade do nosso Sistema Educativo.

Na realidade, a implementação da CIF no processo de avaliação das NEE é algo que ultrapassa em muito o plano teórico, exigindo uma prática contínua de onde surgem as dúvidas mais pertinentes que nos vão obrigar a um reequacionar dessa mesma

¹ Com experiência na formação inicial, contínua e especializada de docentes, nomeadamente, em conteúdos relacionados com a implementação da CIF no contexto educativo/escolar

prática, com base em pressupostos cada vez mais coerentes e consistentes com os princípios emanados pela CIF.

A entrada em vigor da nova legislação para a Educação Especial levou a uma maior celeridade nos processos que envolvem a utilização deste sistema de classificação, pelo que se torna urgente e necessário que um número cada vez maior de profissionais e outros interessados nesta temática, superem dúvidas e inquietações e iniciem um trabalho em equipa que dê corpo às solicitações que agora lhes são feitas com cobertura legal.

A CIF enquanto elemento facilitador do processo de avaliação das NEE

No Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro, ao se circunscrever a "população-alvo" da modalidade de Educação Especial aos "alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social", afigura-se como necessário um modelo de avaliação que tenha em consideração as diferentes dimensões em análise, bem como as interações e influências mútuas que entre elas se estabelecem, no sentido de se promover e suportar uma confluência de linguagens e de procedimentos entre os diferentes intervenientes neste processo.

A CIF, pela sua estrutura e objectivos, veio responder de forma precisa a esta necessidade embora o facto de pela primeira vez estar a ser usada no contexto educativo ter exigido algumas adaptações o que faz com que se tenha que ter em consideração, por um lado, o sistema de classificação em si e, por outro, as especificidades de que o mesmo se reveste ao ser utilizado no contexto da educação.

No que se refere à estrutura e modos de utilização deste sistema de classificação, uma leitura atenta do documento do qual se pode efectuar o *download* através do site do DGIDC/DSEEASE (publicações), permitirá compreender os aspectos essenciais do mesmo. Neste artigo serão acima de tudo considerados os aspectos particulares relativos à sua aplicação no processo de avaliação das NEE.

Na realidade, conhecendo-se os pressupostos de base deste sistema de classificação facilmente se concluirá que os mesmos conferem ao processo de avaliação das NEE um maior rigor, objectividade e abrangência com partilha de responsabilidades face aos aspectos a avaliar e decisões a tomar, no âmbito de um

trabalho de equipa de natureza tendencialmente transdisciplinar. E isto porque vai permitir descrever a situação de cada aluno relativamente a componentes que abarcam as suas características biológicas, individuais e sociais, bem como as características globais dos contextos onde a sua vida decorre, numa perspectiva ecológica-sistémica onde há muito a Educação Especial se vem ancorando e desenvolvendo.

As diferentes fases no processo de avaliação das NEE

No processo de avaliação das NEE existem 3 fases distintas que entre si se articulam de modo a formarem um todo coerente: a fase de recolha de informação diferenciada; a fase de análise conjunta dessa informação e a fase de tomadas de decisão (fig.1).

